

10 SET 1989

Os jornais da última terça-feira traziam notícia aparentemente alvissareira, mas só aparentemente. Tratava-se de um superávit encontrado no orçamento da União brasileira, o que representaria a eliminação desse terrível déficit público, de que tanto falam as autoridades financeiras do país.

Leio, por exemplo no JORNAL DO BRASIL, na coluna de Beth Cataldo, que: "cumpridos oito meses do exercício financeiro do Tesouro Nacional, o ministro da Fazenda está convencido de que o sucessor do presidente José Sarney não encontrará "nenhuma bomba de efeito retardado", escondida nas contas da União. Na palavra do secretário do Tesouro Nacional, Luis Antônio Gonçalves, o estrito cumprimento da ordem de o governo "de só gastar o que arrecadar" é uma realidade, à luz dos números do exercício do Tesouro no período de janeiro a agosto deste ano, o que se traduz por um superávit primário do governo central — descontados os encargos da dívida interna e os avais da União de 0,31 do PIB".

Essa história de superávit primário é só para atralhar. Muito embora

as despesas ordinárias, geradas pela nova Constituição, sejam responsáveis por nada menos de um déficit de 3% do PIB. O que nos leva à conclusão final (segundo o próprio informante) de que, efetivamente, o governo "mantém sob controle as suas contas".

O registro é realmente confortador, se pudessemos acreditar nele. Daria até vontade de soltar um foguete de sinalização, como esse que surgiu, por mão feminina, no jogo recente entre brasileiros e chilenos. Mas nem é preciso sair do Maracanã, que nem existe a queimadura do goleiro, nem o superávit que se anuncia. Basta, para chegar a esse resultado, perguntar qual a razão de continuarem a ser emitidos títulos da dívida interna. Ou de a Casa da Moeda continuar a fabricar notas num regime de três turnos, no aumento permanente e incessante da base monetária. Pois não serão esses fatos os principais responsáveis por uma inflação que já iniciou a sua marcha na casa dos 30%, para que seja certo que a nossa moeda se deprecia na relação de 1% em cada dia que passa?

Como, pois, imaginar um superávit nesse quadro que tanto nos preocupa? Muito fácil a explicação, omitindo despesas inevitáveis. Uma parte

Superávit de brincadeira

foi realmente indicada, com a eliminação do que se despende com a dívida interna. A outra parte está escondida "nos avais garantidos pelo Tesouro".

Que serão esses avais? Os da dívida externa? Muito embora não possa haver nenhuma dívida de que a dívida externa não se reduz exclusivamente a avais. Há numerosos empréstimos da responsabilidade direta da própria União. A maior parte contratada nos tempos dos ministros da Fazenda ou do Planejamento dos governos militares.

A menos, é claro, que se venha a confundir o avalista com o devedor, como já se anuncia num dos programas de um dos candidatos à Presidência da República, que não parece estar ao corrente dos contratos firmados com os bancos estrangeiros. Nem se pode incluir a retirada do aval entre as operações unilaterais. Há que contar

com a concordância do credor, nos empréstimos contraidos diretamente pelo Tesouro Nacional, ou pelas autarquias que receberão ordens de conseguir dólares, com que a União pudesse resgatar as prestações vencidas. Se a União retirasse o aval nesses empréstimos, não estaria fazendo mais do que dar uma rasteira nas autarquias, que não fizeram mais do que cumprir ordens de autoridades superiores.

Esse é um ponto a ser examinado nas auditorias previstas para o exame das operações da dívida externa, e nas quais a União aparece como devedor e não como avalista. Que significaria, em todos esses casos, o programa de retirar o aval de empréstimos, em que a União é devedor e não avalista?

O certo é que, deduzidas as duas dívidas, é de esperar que se chegue a um superávit. E seria até fácil chegar a

saldos deslumbrantes, deduzindo outras despesas, que não poderiam deixar de ser feitas. Não se trata, no caso, de economias realizadas, tão-somente da omissão de despesas, no quadro geral do orçamento.

Verdade que essa operação tem o objetivo de não permitir que o povo brasileiro tome conhecimento do que lhe custa o empréstimo externo e não possa verificar, também, que grande parte do empréstimo interno cresce para permitir que o governo encontre recursos, com que comprar dólares aos exportadores de mercadorias, para satisfação de nossos credores, que não deixariam de aplaudir, e esforço de manter o povo ignorando o que lhe custa realmente a dívida externa que o esmaga. Muito embora essa dívida externa seja o maior responsável pela inflação, com a emissão de títulos da dívida interna e com o jorro proveniente dos três turnos do trabalho da Casa da Moeda.

Não seria muito mais interessante, e mais útil que, em vez de fabricar superávits de brincadeira, se procurasse evidenciar como o aumento da massa monetária concorre para o processo inflacionário?

Ou revelando como a dívida interna sobe todos os dias, para encontrar recursos com que comprar dólares para o serviço da dívida externa?

Não chegou ainda a hora de festejar

superávits de brincadeira. Não será uma farsa, como a que usou o quadro chileno, para fugir a uma derrota fatal? Verdade que não só o Brasil, como todo o Terceiro Mundo, não está em condições de atender ao serviço da dívida externa, que excede, de muito, a sua capacidade de pagar. Por que não reconhecer essa realidade, em vez de ficar a imaginar artificios, para encontrar superávits de fantasia, com que iludir leitores desprevenidos?

Não falta quem faça a apologia dos empréstimos externos, sob a alegação de que o Brasil não tem capitais. E caberia perguntar: se não tem capitais, como se dá ao luxo de exportar de 12 a 15 bilhões de dólares, a título de juros dessa dívida, que até parece crescer com os pagamentos realizados.

Nem precisávamos de tanto dinheiro. Bastaria a metade dessa importância para o financiamento do desenvolvimento econômico do Brasil e para alcançar, em poucos anos, os países ricos do mundo atual. Quando a realidade dos números bastaria para nos revelar que não passamos, não de um importador, mas, na verdade, de um exportador de capitais, o que chega, até, a tomar ares de suicídio.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Com Brasil